

SUMÁRIO

Unidade I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – DIREITO DO TRABALHO (HISTÓRICO)	3
1. Trabalho	3
1.1. Origem da Palavra.....	3
1.2. Definição	3
2. Direito do Trabalho	3
2.1. Conceito.....	3
2.2. Características.....	5
2.3. Denominação	8
2.4. Divisão do Direito do Trabalho	8
2.5. Natureza Jurídica ou Taxonomia.....	9
3. Fundamentos e Formação Histórica.....	11
3.1. Fundamento.....	11
3.2. Histórico Mundial	12
3.3. Histórico no Brasil	16
3.4. Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT	19
CAPÍTULO 2 – DIREITO DO TRABALHO	21
1. Publicização do Direito	21
2. Globalização e a Crise do Direito do Trabalho.....	22
3. Flexibilização e Desregulamentação.....	32
4. Princípio Constitucional da Condição mais favorável como limite à Flexibilização dos Direitos Fundamentais do Trabalho	41
CAPÍTULO 3 – FONTES DE DIREITO DO TRABALHO	49
1. Conceito de Fonte.....	49
2. Conceito de Fonte de Direito.....	49
2.1. Direito Positivo – Conceito.....	49
3. Importância do Assunto	50

4. Fonte de Direito do Trabalho.....	50
5. Tipos.....	51
5.1. Fontes Materiais de Direito do Trabalho.....	52
5.2. Fontes Formais de Direito do Trabalho.....	53
5.2.1. Fontes Formais Autônomas ou Profissionais.....	53
5.2.2. Fontes Formais Heterônomas, Imperativas ou Estatais.....	53
5.2.3. Fontes Formais e Hierarquia Formal.....	54
6. Análise das Fontes Formais de acordo com a Hierarquia.....	55
6.1. Constituição.....	55
6.2. Lei.....	58
6.3. Decretos.....	60
6.4. Sentenças Normativas.....	65
6.5. Convenções Coletivas e Acordos Coletivos.....	66
6.6. Costume.....	67
6.6.1. Formas.....	67
6.7. Jurisprudência.....	68
6.7.1. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes.....	70
6.7.2. Precedentes Normativos.....	71
6.7.3. Orientações Jurisprudenciais.....	71
6.7.4. Súmulas, Súmulas Vinculantes e Súmulas Impeditivas.....	73
6.7.5. Limitações Impostas pela Lei nº 13.467/17.....	75
6.8. Tratados e Convenções Internacionais.....	77
6.9. Equidade.....	86
6.9.1. Julgamento com Equidade e Julgamento por Equidade...	87
6.10. Princípios Gerais de Direito.....	90
6.11. Regulamento de Empresa.....	90
6.12. Contrato de Trabalho.....	92
6.13. Laudo ou Sentença Arbitral.....	93
7. Hierarquia das Fontes no Caso Concreto.....	94
7.1. Formal.....	94
7.2. Material.....	94
7.3. Critério de Comparação.....	94

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO TRABALHO... 101

1. Conceito de Interpretação.....	101
-----------------------------------	-----

1.1. Conceito Jurídico de Interpretação	102
2. Interpretação Constitucional – Conceito.....	102
3. Constituição	102
4. Sistemas Específicos de Interpretação Constitucional.....	103
4.1. Métodos de Interpretação Constitucional	103
4.2. Princípios de Interpretação Constitucional.....	104
4.3. Modalidades de Princípios de Interpretação Constitucional.....	105
4.3.1. Princípio da Supremacia Constitucional.....	105
4.3.2. Princípio da Unidade da Constituição	105
4.3.3. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização	106
4.3.4. Princípio da Força Normativa da Constituição.....	106
4.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou da Eficiência.....	106
4.3.6. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público	107
4.3.7. Princípio do Efeito Integrador	107
4.3.8. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	108
4.3.9. Princípio da Proporcionalidade	112
4.4. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional.....	113
4.4.1. Controle de Constitucionalidade através da Interpretação Conforme a Constituição	113
4.4.2. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legis- lador.....	114
5. Hermenêutica Tradicional.....	115
6. Métodos de Interpretação e Escolas de Interpretação	116
6.1. Interpretação Tradicional, Gramatical ou Literal (Quanto aos Ele- mentos ou à Natureza)	116
6.2. Interpretação Histórico-Evolutiva (Quanto aos Elementos ou à Natureza)	121
6.3. Interpretação Histórica (Quanto aos Elementos ou à Natureza).....	123
6.4. Interpretação Teleológica ou Lógica (Quanto aos Elementos ou à Natureza)	124
6.5. Interpretação Sistemática (Quanto aos Elementos ou à Nature- za)	126
6.6. Interpretação através de Pesquisa Científica	127
6.7. Interpretação Extensiva, Interpretação Restritiva e Interpretação Declarativa (Quanto ao Resultado da Interpretação).....	127
6.8. Interpretação Autêntica, Legislativa ou Legal (Quanto à Ori- gem).....	128

6.9. Interpretação Doutrinária ou Privada (Quanto à Origem).....	129
6.10. Interpretação Judicial ou Jurisprudencial (Quanto à Origem).....	129
6.11. Da Interpretação em Favor da Liberdade.....	129
7. Interpretação do Direito do Trabalho.....	130
8. Interpretação das Normas Coletivas.....	130
CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO, NO TEMPO E NO ESPAÇO	133
1. No Território.....	133
2. No Tempo.....	134
3. No Espaço – Direito Internacional Privado do Trabalho.....	134
3.1. Aplicação da Lei Trabalhista no Território.....	135
3.1.1. Trabalho Permanente em um só País.....	136
3.1.2. Trabalho Transitório ou Intermitente pela Natureza do Serviço Executado em Diversos Países por Período de até 90 Dias.....	137
3.1.3. Transferência Provisória Superior a 90 Dias	138
3.1.4. Trabalho Prestado às Pessoas de Direito Público Internacional ou Equiparados (OIT, ONU, Representações Diplomáticas, Embaixadas ou Consulados).....	140
3.1.5. Direito Marítimo e Aéreo.....	146
3.1.6. Itaipu	149
3.1.7. Lei nº 7.064/82	150
3.1.7.1. Teorias.....	151
3.1.8. Contrato e Norma mais Favorável	154
CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS.....	155
1. Conceito de Princípio.....	155
2. Conceito Tradicional de Princípio de Direito.....	155
3. Conceito de Princípios Constitucionais.....	156
3.1. Eficácia dos Princípios Constitucionais.....	157
3.2. Regras e Princípios Constitucionais na Visão de Canotilho	160
3.2.1. Função dos Princípios para Canotilho	161
3.3. Funções dos Princípios para o Direito Moderno	162
3.4. Princípios, Regras e Valores Constitucionais na Visão Moderna Brasileira	164
4. Princípios × Fontes – Visão Trabalhista.....	166

5. Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho	167
5.1. Princípios Universais de Direito do Trabalho.....	167
5.2. Princípios Gerais Constitucionais de Direito do Trabalho.....	168
5.3. Princípios Constitucionais Específicos de Direito do Trabalho.....	169
5.4. Princípios Gerais Aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	170
CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO	171
1. Introdução	171
2. Espécies.....	173
2.1. Princípio da Prevalência da Condição mais Benéfica ao Trabalhador.....	173
2.1.1. Requisitos	174
2.1.2. Condição Favorável	174
2.1.3. Habitualidade na Concessão do Benefício.....	175
2.1.4. Concessão Voluntária e Incondicional.....	176
2.1.5. Inexistência de Impedimento Legal.....	178
2.1.6. Exceções ao Princípio da Prevalência da Condição mais Favorável ao Trabalhador.....	179
2.2. Princípio da Norma mais Favorável ao Trabalhador.....	181
2.3. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> ou <i>In Dubio Pro Operario</i>	184
2.3.1. Requisitos	187
2.4. Princípio da Primazia da Realidade	189
2.5. Princípio da Intangibilidade e da Irredutibilidade Salarial	194
2.6. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	195
2.7. Princípio da Continuidade da Empresa, ou da Preservação da Empresa, ou Função Social da Empresa.....	196
2.8. Princípio da Inalterabilidade Contratual <i>In Pejus</i>	205
2.8.1. Outras Exceções.....	207
2.9. Princípio da Irrenunciabilidade e da Intransacionabilidade.....	208
2.9.1. Conciliação Judicial e Extrajudicial.....	223
2.9.2. Renúncias e Transações Previstas em Lei ou Toleradas pela Jurisprudência.....	224
2.9.3. Das Comissões de Conciliação Prévia e da Súmula nº 330 do TST	226
2.9.4. Renúncia e Transação de Direitos Privados.....	235
2.10. Princípio da Boa-fé.....	236

2.10.1. Princípio do Rendimento.....	237
2.11. Princípio da Alheabilidade ou <i>Ajenidad</i>	238
2.12. Princípio da Unidade, da Estabilidade ou da Segurança.....	239
CAPÍTULO 8 – RELAÇÃO DE EMPREGO	241
1. Natureza Jurídica da Relação de Emprego – Resumo das Teorias	242
1.1. Teoria Anticontratalista.....	242
1.2. Teoria Acontratalista ou Paracontratalista	244
1.3. Teoria Contratualista e Teoria Eclética ou Sincrética.....	245
1.3.1. Evolução Histórica da Teoria Contratualista	246
1.3.2. Teoria do Arrendamento ou Locação.....	246
1.3.3. Teoria da Compra e Venda	246
1.3.4. Teoria do Mandato	247
1.3.5. Teoria da Sociedade.....	247
CAPÍTULO 9 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	249
1. Conceito e Caracterização.....	250
2. Empregado Urbano ou Rural.....	251
2.1. Pessoaalidade	251
2.2. Subordinação Jurídica	254
2.2.1. Subordinação Direta e Indireta.....	256
2.2.2. Subordinação Objetiva e Subjetiva.....	257
2.2.3. Parassubordinação.....	258
2.2.4. Subordinação Estrutural ou Integrativa	260
2.3. Onerosidade.....	261
2.4. Habitualidade ou Não Eventualidade.....	267
2.5. Risco do Negócio do Empregador.....	272
2.6. <i>Ajenidad</i> ou Alheabilidade ou Alienação	275
2.7. Exclusividade	278
CAPÍTULO 10 – TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS	279
1. Trabalhador Eventual	279
2. Adventícios.....	284
3. Autônomo.....	284
4. Profissionais Liberais.....	287

5. Trabalhador Avulso Portuário e Não Portuário.....	288
5.1. Trabalhador Avulso	288
5.2. Conceito.....	289
5.3. Avulso Portuário.....	293
5.4. Competência da Justiça do Trabalho.....	294
5.5. Trabalho Portuário.....	295
5.5.1. Breve Histórico	295
5.5.2. Princípios	295
5.5.3. Trabalho Portuário	299
5.6. OGMO.....	302
5.7. Instalações Portuárias	303
5.8. Trabalhador Portuário e Trabalhador Portuário Avulso.....	304
5.9. Direitos dos Trabalhadores Avulsos	305
6. Trabalhador Temporário.....	307
7. Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	308
8. Relação de Emprego entre Pai e Filho e entre Parentes.....	309
9. Trabalhadores Intelectuais	310
10. Altos Empregados ou Empregados de Confiança.....	310
10.1. Conceito.....	310
10.2. Espécies	311
11. Pastor e Igreja ou Padre e Igreja	314
12. Representante Comercial.....	315
12.1. Conceito.....	315
12.2. Semelhanças e Distinções entre Vendedor Empregado e Representante Comercial	315
13. Cooperado x Cooperativa	318
13.1. Conceito.....	318
13.2. Natureza Jurídica	319
13.3. Princípios.....	320
13.4. Normas e Legislações Aplicáveis	321
13.5. Objetivo	322
13.6. Vínculo entre o Cooperado e a Cooperativa ou entre o Cooperado e o Tomador	322
14. Estagiário.....	325
14.1. Requisitos para a Validade do Estágio	326
14.2. Tipos de Estágio e Tempo Máximo de Duração.....	327

14.3. Jornada de Trabalho do Estagiário	328
14.4. Direitos do Estagiário após a Lei nº 11.788/08	328
15. Mãe Crecheira, Mãe Social, Mãe Substituta	329
16. Índio	333
17. Trabalho Voluntário.....	335
18. Trabalho do Preso	335
19. Transportador Autônomo de Cargas.....	337
CAPÍTULO 11 – EMPREGADOS DOMÉSTICOS	339
1. Histórico e Regulamentação Legal.....	339
2. Contrato e Conceito	340
3. Eficácia dos Direitos Constitucionais do Empregado Doméstico	351
4. Direitos	353
4.1. Salário Mínimo.....	356
4.2. Irredutibilidade, Intangibilidade e Impenhorabilidade de Salário.....	362
4.3. Décimo Terceiro Salário	362
4.4. Repouso Semanal Remunerado e Feriados.....	363
4.5. Férias Acrescidas de 1/3	364
4.6. Licença-Maternidade, Paternidade e Estabilidade Gestante	368
4.7. Aviso Prévio, Contrato Determinado, Justa Causa e Verbas da Rescisão	372
4.8. Vale-transporte	374
4.9. FGTS e Seguro-Desemprego.....	375
5. Da Jornada, Intervalo e Adicional Noturno.....	376
6. Do Menor Doméstico	378
7. Da Prescrição para o Doméstico.....	378
8. Representação em Juízo.....	380
9. Documentos e Testemunhas.....	381
10. Sucessão	382
11. Normas Coletivas e Sindicato.....	383
12. Princípios	383
13. Contrato por Obra Certa – Construção ou Reforma de Imóvel.....	384
CAPÍTULO 12 – TRABALHADOR RURAL.....	387
1. Histórico.....	387
2. Campo de Aplicação	387
3. Conceito e Enquadramento Legal.....	389

4. Propriedade Rural e Prédio Rústico.....	397
5. Conceito de Empregador Rural.....	397
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais.....	399
5.2. Grupo Econômico Rural.....	399
6. Trabalhadores Rurais.....	400
6.1. Contrato Misto.....	402
7. Distinções Entre o Empregado Rural e o Urbano – Lei nº 5.889/73.....	402
7.1. Peculiaridades do Trabalhador Rural e Distinções.....	403
7.1.1. Aviso Prévio.....	403
7.1.2. Intervalo Interjornada.....	403
7.1.3. Intervalo.....	404
7.1.4. Horário e Adicional Noturno.....	404
7.1.5. Safrista.....	404
7.1.6. Utilidades.....	404
7.1.7. Moradia.....	406
7.1.8. FGTS e PIS.....	406
7.1.9. Salário-família.....	406
7.1.10. Insalubridade e Periculosidade.....	407
7.1.11. Discriminação a Idade.....	407
7.1.12. Enquadramento Sindical e Categoria Diferenciada.....	407
7.1.13. Prescrição Parcial.....	408
CAPÍTULO 13 – EMPREGADOR.....	413
1. Despersonalização do Empregador.....	413
1.1. Empregador – Empresa.....	413
1.2. Empregador “por Equiparação”.....	415
1.3. Empresa e Estabelecimento.....	417
1.3.1. Alienação do Estabelecimento. Trespasse. Visão Civil.....	419
2. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	420
2.1. Criação da Pessoa Jurídica.....	420
2.2. Pessoa Jurídica – Natureza Jurídica.....	420
2.3. Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	421
2.3.1. Requisitos.....	423
2.4. Origem Histórica.....	423
2.5. Terminologia.....	424
2.6. Direito do Consumidor e Direito do Trabalho.....	424

3. Responsabilidade entre Sócio e Sociedade	425
3.1. Responsabilidade Ilimitada.....	426
3.2. Responsabilidade Limitada.....	427
3.3. Sociedade Limitada (Arts. 1.052/1.087 do Código Civil)	427
3.4. Teoria <i>Ultra Vires</i>	428
3.5. Responsabilidade Solidária ou Subsidiária entre Sócio e Sociedade.....	429
4. Grupo Econômico.....	429
4.1. Conceito.....	430
4.2. Grupo por Subordinação e por Coordenação	431
4.3. Requisitos para a Caracterização	436
4.4. Pessoas Físicas ou Jurídicas que Não Exploram Atividade Lucrativa	437
4.5. Solidariedade.....	439
4.6. Aspecto Processual	441

CAPÍTULO 14 – SUCESSÃO DE TITULARES DA EMPRESA OU DE EMPRESÁRIOS	443
1. Conceito.....	443
1.1. Nomenclatura.....	444
1.2. Transferência.....	446
1.3. Provisória ou Definitiva.....	448
1.4. Título Público ou Privado.....	448
1.4.1. Privatização ou Desestatização	449
1.4.2. Estatização.....	451
1.4.3. Substituição de Concessionário de Serviço Público	452
1.4.4. Desmembramento de Município	455
1.4.5. Cartórios Extrajudiciais.....	455
1.4.6. Leilão Público ou Hasta Pública	460
1.4.7. Lei	462
1.5. Formas Especiais de Sucessão	463
1.5.1. Liquidação Extrajudicial.....	463
1.6. Oneroso ou Gratuito	464
1.7. Sucessor Continua Explorando a mesma Atividade-fim que o Sucedido.....	464
1.8. Desnecessária a Continuidade da Prestação de Serviços do Empregado	464

1.9. O Sucedido fica Desonerado das Dívidas Trabalhistas após a Sucessão.....	466
2. Natureza Jurídica.....	467
CAPÍTULO 15 – TERCEIRIZAÇÃO	471
1. Terminologia.....	471
2. Conceito.....	472
3. Fundamentos.....	473
4. Divisão.....	475
5. Brasil – Histórico Legislativo	480
6. Estudos de Alguns Casos	482
6.1. Art. 455 da CLT	483
6.1.1. Dono da Obra.....	484
6.2. Lei nº 6.019/74.....	485
6.3. Lei nº 7.102/83.....	487
6.3.1. Diferenças: Vigilante, Segurança e Vigia.....	489
6.4. Art. 442, Parágrafo Único, da CLT – Sociedades Cooperativas	491
6.5. Administração Pública e o Art. 37, II, da CRFB.....	492
6.6. Súmula nº 331, III, do TST.....	494
6.7. Terceirização Geral – Arts. 4º-A e ss. da Lei nº 6.019/14.....	495
7. Da Responsabilidade.....	497
7.1. Responsabilidade do Intermediador de Mão de Obra.....	497
7.2. Responsabilidade do Tomador de Mão de Obra.....	498
7.2.1. Tomador Privado	498
7.2.2. Tomador Público	499
7.2.3. Outros Casos Expressos.....	501
8. Direitos do Trabalhador Terceirizado.....	502
CAPÍTULO 16 – CONTRATO DE TRABALHO	505
Título I – Fases de Formação do Contrato	505
Título II – Contrato de Trabalho	510
1. Conceito.....	510
2. Contrato Intermitente	513
3. Denominação	518
4. Características.....	518
5. Morfologia ou Formação.....	520

CAPÍTULO 17 – REQUISITOS OU ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO	521
1. Elementos Essenciais.....	521
1.1. Elementos Essenciais Extrínsecos	522
1.1.1. Agente Capaz.....	522
1.1.1.1. Idade	524
1.1.1.2. Emenda Constitucional nº 20/98	525
1.1.1.3. Idade para o Trabalho	526
1.1.1.4. Do Contrato de Trabalho do Menor de 16 Anos..	527
1.1.1.5. Capacidade Relativa.....	532
1.1.1.6. Idade	532
1.1.1.7. Mulher	537
1.1.1.8. Menor Aprendiz.....	538
1.1.2. Objeto Lícito.....	540
1.1.2.1. Possibilidade Física do Objeto	546
1.1.2.2. Determinação do Objeto.....	547
1.1.3. Formação Proibida, Forma Prescrita ou Não Defesa em Lei e “Proibição Legal”.....	547
1.1.3.1. Estudo de Alguns Casos	551
1.1.3.2. Policial Civil, Militar	552
1.1.3.3. Condições Especiais.....	554
1.1.4. Ausência dos Requisitos Essenciais.....	554
1.1.4.1. Características da Nulidade Absoluta	555
1.1.4.2. Características da Nulidade Relativa – Art. 177 do CC	555
1.1.4.3. Restituição ao Estado Anterior – Art. 182 do CC.....	555
1.2. Elementos Essenciais Intrínsecos (ou Requisitos Intrínsecos).....	556
1.2.1. Defeitos do Negócio Jurídico	556
1.2.1.1. Erro, Dolo e Coação.....	556
1.2.1.2. Consequência da Nulidade Relativa – Erro, Dolo e Coação.....	557
1.2.1.3. Estado de Perigo e Lesão.....	557
1.2.1.4. Simulação – Art. 167 do Código Civil.....	558
1.2.1.5. Fraude.....	559
1.2.2. Causa – Art. 140 do CC.....	559
2. Elementos Naturais	560
3. Elementos Acidentais.....	560

CAPÍTULO 18 – ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO	563
Título I – Quanto ao Tempo (Contrato por Prazo Determinado)	563
1. Teoria Geral e Regra.....	563
2. Forma.....	564
3. Hipóteses.....	565
4. Contrato a Termo ou Sob Condição Resolutiva	566
5. Duração.....	571
5.1. Contrato com Prazo Superior ao Estabelecido em Lei	574
6. Prorrogação e Continuação.....	575
7. Suspensão, Interrupção e Estabilidade.....	577
8. <i>Dies ad Quem</i> do Contrato a Termo	579
9. Sucessão de Contratos a Termo.....	581
10. Requisitos para sua Validade.....	584
11. Tipos.....	585
11.1. Art. 443, § 2º, da CLT.....	585
11.1.1. Contrato de Experiência.....	585
11.2. Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei nº 9.601/98	592
11.3. Obra Certa – Lei nº 2.959/56.....	594
11.4. Safra – Art. 14 da Lei nº 5.889/73.....	595
11.5. Artista – Lei nº 6.533/78.....	596
11.6. Técnico Estrangeiro – Decreto-Lei nº 691/69.....	596
11.7. Atleta Profissional – Lei nº 9.615/98.....	598
11.8. Contrato Temporário – Lei nº 6.019/74.....	599
11.9. Empregados Contratados ou Transferidos para Trabalho no Ex- terior – Lei nº 7.064/82.....	600
12. Contrato por Prazo Determinado com Cláusula Assecuratória de Res- cisão Antecipada Recíproca	600
13. Extinção do Contrato por Prazo Determinado e seus Efeitos.....	601
13.1. Extinção Natural do Contrato a Termo – Contrato de Safra, Tem- porário e Obra Certa.....	604
14. Acordo Coletivo e Convenção Coletiva.....	605
Título II – Quanto aos Sujeitos Ativos (Número de Empregados)	605
15. Contrato de Equipe	605
15.1. Conceito e Características.....	605
Título III – Quanto à Continuidade	608
16. Contrato Intermitente.....	608

CAPÍTULO 19 – DURAÇÃO DO TRABALHO	611
1. Fundamento.....	611
2. Jornada e Horário de Trabalho.....	611
3. Trabalho Extraordinário.....	613
4. Tempo ou Trabalho Além do Limite Legal ou Contratual.....	613
4.1. Tempo à Disposição	613
4.1.1. Art. 4º da CLT.....	613
4.1.2. Horas <i>In Itinere</i> – Vigente antes da Lei nº 13.467/17	617
4.1.2.1. Itinerário Casa-Trabalho-Casa – antes da Lei nº 13.467/17.....	618
4.1.2.2. Empresa Situada em Local de Difícil Acesso ou Não Guarnecida por Transporte Público e “Regular” – antes da Lei nº 13.467/17.....	618
4.1.2.3. Condução Fornecida pelo Empregador – antes da Lei nº 13.467/17.....	619
4.1.3. Sobreaviso e Prontidão.....	619
4.1.4. Intervalo Não Previsto em Lei.....	623
4.1.5. Intervalo Não Concedido ou Suprimido	623
4.1.6. Intervalo Concedido Parcialmente.....	626
4.1.7. Trabalho Além da Jornada.....	627
4.1.7.1. Horas Extras Obrigatórias.....	629
5. Compensação de Jornada	629
5.1. Limite de Dez Horas por Dia.....	631
5.2. Limite de Duas Horas por Dia	632
5.3. Forma.....	633
5.4. Prazo Máximo.....	634
5.4.1. Condições Especiais	635
5.4.2. Empregado Público.....	635
6. Turnos Ininterruptos de Revezamento	635
7. Alteração da Jornada.....	638
8. Contrato por Tempo Parcial	640
9. Jornada Noturna	643
9.1. Hora Extra Noturna.....	644
10. Jornadas Especiais.....	645
10.1. Advogado.....	645
10.1.1. Acordo	646
10.1.2. Norma Coletiva	646

10.1.3. Exclusividade ou Dedicção Exclusiva	646
10.1.4. Conceito	647
10.1.5. Hora Extra e Noturna do Advogado.....	648
10.2. Engenheiros e Médicos.....	648
10.3. Digitadores	649
10.4. Telefonistas.....	649
10.5. Professores.....	650
11. Trabalhadores Excluídos.....	654
11.1. Constitucionalidade do Art. 62 da CLT	654
11.2. Excluídos.....	655
11.2.1. Empregado de Confiança que Tenha Padrão mais Elevado de Vencimentos	655
11.2.2. Função de Confiança.....	656
11.2.3. Primeiro Grupo – “Gerente”	657
11.2.4. Segundo Grupo – “Gerentão”.....	658
11.2.5. Percepção de Gratificação de 40% ou Majoração Salarial Correspondente a 40%.....	662
11.2.6. Terceiro Grupo – Diretores.....	664
11.3. Trabalhadores Externos.....	666
11.3.1. Primeiro Grupo.....	666
11.3.1.1. Trabalhador em Domicílio	667
11.3.1.2. Motoristas	668
11.3.2. Segundo Grupo	669
11.3.3. Terceiro Grupo.....	670
11.3.4. Anotação na CTPS da Condição de Trabalhador Externo...	670
11.4. Teletrabalho	670
12. Adicional de Hora Extra (Cabimento) e Horas Extras Obrigatórias.....	672
12.1. Intervalo Intrajornada Suprimido	672
12.2. Art. 61 da CLT	674
12.2.1. Hora Extra Obrigatória.....	674
12.3. Ferroviário.....	676
13. Invalidez do Acordo de Compensação	677
14. Pré-contratação de Horas Extras.....	679
15. Valores dos Adicionais de Horas Extras	680
16. Supressão das Horas Extras.....	680
17. Base de Cálculo das Horas Extras e Integração	681

18. Cartões de Ponto.....	683
19. Sinopse.....	686
CAPÍTULO 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS	689
1. Breve Histórico.....	689
2. Denominação	690
3. Finalidade.....	690
4. Natureza Jurídica	690
5. Campo de Aplicação	691
6. Características do Descanso.....	692
7. Requisitos.....	693
8. Descanso Após o 7º Dia.....	696
9. Atividades Autorizadas a Funcionarem aos Domingos/Escala de Revezamento.....	698
9.1. Compensação de Jornada – Trabalho 12 × 12, 12 × 24 e 12 × 36 – Descanso Semanal.....	702
10. Trabalho em Dia de Repouso e Feriado.....	704
11. Feriados.....	705
12. Remuneração do Repouso Semanal.....	708
CAPÍTULO 21 – INTERVALOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS.....	713
1. Conceito e Finalidade	713
2. Natureza Jurídica	713
3. Hipóteses.....	713
3.1. Intervalos Entrejornadas ou Interjornadas.....	713
3.2. Intervalos Intrajornadas	714
4. Intervalo Para Repouso e Alimentação.....	714
4.1. Duração.....	714
4.2. Controle	717
4.3. Redução.....	718
4.4. Prorrogação do Intervalo e Concessão de Intervalo Não Previsto em Lei.....	720
4.5. Transação, Renúncia ou Supressão.....	720
4.6. Intervalo Trabalhado ou Concedido Parcialmente – Art. 71, § 4º, da CLT.....	721
5. Intervalo do Digitador.....	721
6. <i>Call Center, Telemarketing</i> ou <i>Teleatendimento</i>	722

7. Intervalo entre Dois Dias de Trabalho.....	723
8. Intervalo para Amamentação.....	723
CAPÍTULO 22 – FÉRIAS	725
1. Breve Histórico – Brasil	725
2. Aplicação.....	725
3. Conceito e Fundamentos	726
4. Natureza Jurídica	727
5. Período de Férias e Duração	728
6. Aquisição do Direito.....	732
7. Férias Proporcionais.....	733
7.1. Pedido de Demissão, Justa Causa e Convenção da OIT.....	733
8. Faltas no Período Aquisitivo	737
9. Concessão	738
9.1. Período de Concessão.....	738
9.2. Forma de Pagamento	740
9.3. Terço Constitucional.....	741
9.3.1. Terço Constitucional sobre o Abono.....	742
9.4. Concessão Fora do Prazo.....	743
10. Época das Férias – Períodos – Regra Especial	744
11. Fracionamento das Férias	744
12. Proibição de Trabalho a Outro Empregador.....	745
13. Comunicação das Férias e Época do Pagamento.....	746
14. Férias Coletivas	746
15. Abono de Férias.....	747
16. Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho	748
17. Prescrição	749
CAPÍTULO 23 – SALÁRIO	751
1. Salário.....	751
1.1. Conceito.....	752
1.2. Natureza Jurídica do Salário.....	752
2. Remuneração.....	753
2.1. Conceito.....	753
2.1.1. Gorjeta	753
2.1.2. Integração.....	759

2.2. Luvas e Bicho	761
3. Elementos do Salário	762
3.1. Breves Comentários às Modificações Trazidas pela Lei nº 13.467/17 ao Art. 457 da CLT	763
4. Salário-utilidade.....	765
4.1. Conceito e Requisitos	765
4.2. Pagamento em Dinheiro	767
4.3. Espécies e Valor da Utilidade	768
4.4. Descontos	771
4.5. Tipos de Utilidades	773
4.5.1. Alimentação.....	773
4.5.2. PAT (Lei nº 6.321/76).....	776
4.5.3. Etapa.....	776
4.5.4. Habitação.....	777
4.5.5. Transporte	778
4.5.6. Vale-transporte.....	780
4.5.7. Vestuário	782
4.5.8. Higiene, Previdência, Saúde, Educação e Lazer	784
4.5.9. Cultura	785
5. Gratificações.....	786
5.1. Gratificação de Função.....	790
5.2. Gratificação Semestral	791
5.3. Gratificação de Quebra de Caixa	792
5.4. Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro Salário.....	793
5.5. Gratificação de Balanço ou Participação nos Lucros	796
5.6. Gratificação por Tempo de Serviço.....	798
6. Comissões	799
6.1. Vendedor Pracista e Representante Comercial – Comissões.....	804
7. Prêmio	806
7.1. Conceito.....	806
8. Ajuda de Custo e Diárias de Viagem	809
9. Complementação de Aposentadoria.....	810
10. Adicionais.....	812
10.1. Conceito.....	812
10.2. Tipos.....	813
10.2.1. Adicional Noturno.....	813

10.2.2. Adicional de Hora Extra	815
10.2.3. Art. 61 da CLT	816
10.2.4. Invalidez do Acordo de Compensação.....	818
10.2.5. Valores dos Adicionais de Horas Extras	819
10.2.6. Adicional de Insalubridade e Periculosidade	820
10.2.6.1. Introdução.....	820
10.2.6.2. Taxatividade	821
10.2.6.3. Insalubridade	824
10.2.6.4. Periculosidade	829
10.2.6.5. Enquadramento das Atividades Insalubres e Perigosas e Prova Pericial.....	832
10.2.6.6. Acumulação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade	836
10.2.7. Adicional de Penosidade	837
10.2.8. Adicional de Transferência	837
11. Abonos.....	843
12. Verba de Representação.....	844
13. PIS-Pasep	845
14. <i>Stock Options</i>	846
15. Projeções ou Integrações	847
15.1. Considerações Gerais	847
15.2. Habitualidade	848
15.2.1. 13º Salário	848
15.2.2. Férias	850
15.2.3. Aviso Prévio e Parcelas da Rescisão Contratual.....	851
15.2.4. RSR	852
15.2.5. Comissionistas	853
CAPÍTULO 24 – AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL	855
1. Fixação do Salário	855
1.1. Quanto ao Valor	857
1.2. Limitações ao Valor Mínimo do Salário	857
1.2.1. Salário Mínimo.....	858
1.2.2. Salário Mínimo Profissional Legal – Absoluto.....	862
1.2.3. Salário Mínimo Profissional Relativo	863
1.2.4. Salário Mínimo Normativo Sindical	863
2. Irredutibilidade Salarial – Flexibilização.....	863

3. Intangibilidade Salarial.....	868
3.1. Descontos Permitidos em Lei.....	868
4. Tipos de Salários.....	878
5. Pagamento do Salário.....	883
5.1. Periodicidade.....	883
6. Modo e Época de Pagamento do Salário.....	883
7. Moeda Estrangeira.....	884
8. <i>Truck System</i>	886
9. Retenção.....	886
10. Forma de Pagamento.....	886
11. Atraso no Pagamento do Salário.....	887
12. Prova do Pagamento do Salário.....	887
13. Cessão do Salário ou de Crédito Trabalhista.....	888
CAPÍTULO 25 – DANO.....	889
1. Conceito de Dano.....	889
1.1. Dano Reflexo ou em Ricochete.....	889
2. Indenização – Requisitos.....	890
2.1. Dano.....	890
2.1.1. Dano Patrimonial.....	891
2.1.2. Dano Emergente ou Positivo.....	891
2.1.3. Lucro Cessante ou Dano Futuro.....	892
2.2. Ato Ilícito.....	892
2.3. Abuso de Direito.....	893
2.4. Atividade de Risco.....	894
2.5. Nexo Causal.....	899
2.6. Nexo Concausal ou Concausa.....	899
3. Acumulação das Indenizações – Acidente de Trabalho.....	900
3.1. Benefício Previdenciário × Indenização por Acidente de Trabalho.....	900
3.1.1. Acidente de Trabalho sem Sequelas.....	900
3.1.2. Acidente de Trabalho com Sequela – Invalidez.....	903
3.1.3. Prescrição.....	909
3.1.4. Fluência do Prazo Prescricional.....	912
4. Dano Moral ou Extrapatrimonial.....	913
4.1. Espécies.....	913

4.2. Conceito.....	916
4.3. Transmissibilidade	924
4.4. Quantificação da Indenização do Dano Moral.....	924
4.4.1. Quantificação	925
4.5. Dano Moral Vertical e Horizontal	928
4.6. Dano Moral Coletivo	928
4.6.1. Direitos e Interesses Difusos	930
4.6.2. Direitos e Interesses Coletivos.....	930
4.6.3. Direitos e Interesses Individuais Homogêneos	932
4.7. Assédio Moral ou Psicoterrorismo.....	933
4.7.1. Reparação.....	935
4.8. Assédio Sexual.....	935
4.9. Correção Monetária e Juros de Mora Incidentes sobre o Valor da Indenização por Danos Morais.....	937
5. Descontos Indenizatórios por Dano Patrimonial	938
6. Limite de Desconto	939
CAPÍTULO 26 – IGUALDADE SALARIAL	941
1. Equiparação Salarial.....	941
1.1. Requisitos.....	941
1.1.1. Contemporaneidade	942
1.1.2. Mesmo Empregador	943
1.1.3. Identidade de Atribuições.....	944
1.1.4. Mesma Localidade × Mesmo Estabelecimento.....	946
1.1.5. Diferença de Tempo na Função Não Superior a Dois Anos a Favor do Modelo × Diferença de Tempo no Emprego Não Superior a Quatro Anos a Favor do Modelo.....	946
1.1.6. Identidade de Produtividade e Perfeição Técnica.....	947
1.1.7. Inexistência de Plano de Cargos e Salários com Previsão Alternada de Promoção por Antiguidade e Merecimento × Inexistência de Plano de Cargos e Salários, Podendo Conter Previsão de Promoção por Merecimento e/ou por Antiguidade	947
1.1.8. Mesmo Regime Jurídico e Empregado Público.....	949
1.1.9. O Modelo Não Pode Ser Empregado Readaptado.....	950
1.1.10. Desnível Salarial Originado de Sentença × Equiparação em Cadeia Vedada.....	950

1.1.11. Discriminação Salarial por Etnia ou Sexo	950
1.1.12. Número de Paradigmas	950
1.1.13. Ônus da Prova	951
2. Enquadramento e Desvio de Função	951
3. Salário-substituição	952
3.1. Conceito e Requisitos	952
4. Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro	954
5. Isonomia entre o Trabalhador Temporário e o Efetivo	955
CAPÍTULO 27 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	957
1. Suspensão e Interrupção	957
2. Suspensão	957
2.1. Conceito e Características	957
2.2. Obrigações das Partes Durante a Suspensão Contratual	959
2.3. Prescrição	960
2.4. Despedida Injusta no Curso da Suspensão	961
3. Hipóteses de Suspensão	962
3.1. Serviço Militar Obrigatório – Art. 472 da CLT	962
3.2. Encargos Civis Públicos	962
3.3. Mandato Sindical	962
3.4. Suspensão Disciplinar	963
3.5. Suspensão para Responder a Inquérito Judicial	963
3.6. Diretor Eleito de S/A	964
3.7. Greve – Lei nº 7.783/89	964
3.8. Auxílio-doença	965
3.9. Aposentadoria por Invalidez	967
3.10. Licença-maternidade	967
3.11. Acidente de Trabalho	972
3.12. Suspensão para Curso	972
3.13. Faltas Injustificadas	973
3.14. Afastamento por até Seis Meses	973
3.15. Trabalho Intermitente	973
4. Interrupção do Contrato de Trabalho	973
4.1. Conceito	973
4.2. Hipóteses de Interrupção	974

CAPÍTULO 28 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SAÚDE DO TRABALHADOR	977
1. Introdução	977
2. Meio Ambiente do Trabalho.....	977
2.1. Breve Histórico.....	977
2.2. Convenções da OIT.....	980
2.3. Noções de Saúde e Segurança.....	982
2.4. Meio Ambiente.....	983
2.5. Princípios Ambientais Constitucionais.....	983
2.6. Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho.....	984
3. Conclusão.....	987
 CAPÍTULO 29 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	989
1. Alteração das Cláusulas Contratuais.....	989
2. Classificação das Alterações de Cláusulas Contratuais.....	989
2.1. Obrigatória e Voluntária	990
2.2. Quantitativa e Qualitativa	992
2.3. Lícitas ou Ilícitas.....	992
2.4. Alterações de Cláusulas Contratuais	993
3. Novação.....	1003
4. <i>Ius Resistentiae</i> e <i>Ius Variandi</i>	1004
 CAPÍTULO 30 – EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1007
1. Terminologia.....	1007
2. Causas.....	1008
2.1. Extinção Normal.....	1008
2.1.1. Terminação Antecipada do Contrato a Termo	1009
2.1.1.1. Iniciativa do Empregador	1009
2.1.1.2. Iniciativa do Empregado.....	1011
2.1.1.3. Força Maior e Culpa Recíproca.....	1011
2.1.2. Contratos Submetidos a Condição Resolutiva	1012
2.2. Extinções Anormais – Espécies ou Modos	1012
2.2.1. Resilição.....	1013
2.2.2. Resolução.....	1013
2.2.3. Rescisão	1013
2.2.4. Força Maior.....	1014

2.2.5. <i>Factum Principis</i>	1015
2.2.6. Morte.....	1016
2.2.7. Extinção da Empresa, Fechamento ou Falência	1016
2.2.8. Aposentadoria	1017
2.2.9. <i>Ope Judicis</i>	1024
2.2.10. Extinção de Pleno Direito.....	1024

CAPÍTULO 31 – RESILIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1025

1. Distrato.....	1025
2. Dispensa ou Despedida	1028
2.1. Conceito.....	1028
2.2. Natureza Jurídica	1029
2.3. Modo, Efeito e Tipos	1030
2.4. Requisitos.....	1030
3. “Pedido de” Demissão.....	1032
3.1. Conceito.....	1033
3.2. Natureza Jurídica	1033
3.3. Modo e Efeito	1033
3.4. Requisitos.....	1033
3.5. Penalidade Prevista no Art. 477, § 8º, da CLT.....	1036
3.6. Quitação Parcial.....	1041

CAPÍTULO 32 – AVISO PRÉVIO 1043

1. Histórico.....	1043
2. Conceito e Regras Gerais	1043
3. Forma.....	1046
4. Extinção do Contrato.....	1046
5. Natureza Jurídica	1047
5.1. Trabalhado.....	1047
5.2. Indenizado pelo Empregador.....	1047
5.3. Indenizado pelo Empregado	1049
6. Prazo e Retratação	1050
6.1. Contagem	1051
7. Finalidade.....	1051
8. Efeitos	1051
8.1. Empregado Urbano	1051

8.1.1. Jornada Reduzida ou Dispensa do Trabalho por Sete Dias..	1051
8.1.2. Jornada Reduzida Não Concedida.....	1053
8.1.3. Integração ao Tempo de Serviço do Aviso Prévio Indeni- zado	1053
8.2. Empregado Rural	1054
8.3. Doméstico.....	1055
9. Prazo do Aviso Prévio.....	1055
10. Aviso Prévio Proporcional	1055
10.1. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço.....	1056
10.2. Campo de Aplicação	1057
10.3. Prazo	1058
10.4. Aviso Prévio Trabalhado – Art. 488 da CLT	1058
10.5. Aviso Prévio Não Trabalhado – Conversão em Pecúnia: Integração ao Tempo de Serviço e Natureza	1058
10.6. Aplicabilidade ou Não das Demais Regras da CLT	1059
10.7. Renúncia – Súmula nº 276 do TST e Negociação Coletiva.....	1060
11. Contrato a Termo.....	1060
12. Cabimento	1061
13. Base de Cálculo do Aviso Prévio	1062
14. Estabilidade	1063
15. Justa Causa.....	1063
16. Professor	1064
CAPÍTULO 33 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1065
Título I – Justa Causa	1065
1. Poder Disciplinar	1066
1.1. Teoria Penalista	1066
1.2. Teoria Civilista	1066
1.3. Teoria Administrativista.....	1066
1.4. Teoria do Direito Especial ou do Poder Especial.....	1066
2. Punições.....	1067
2.1. Gradação da Pena	1068
3. Tipos de Punição	1068
3.1. Advertência	1068
3.2. Suspensão.....	1068
3.3. Multa.....	1068

3.4. Justa Causa.....	1069
3.4.1. Sistema Legislativo	1070
3.4.2. Forma	1071
3.4.3. Tipos	1071
3.4.4. Requisitos para Aplicação da Justa Causa	1072
4. Estudo de Algumas Faltas.....	1082
4.1. Improbidade	1082
4.2. Incontinência de Conduta	1084
4.3. Mau Procedimento.....	1085
4.4. Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando Constituir Concorrência a Empresa ou Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando for Prejudicial ao Serviço	1088
4.5. Condenação Criminal Transitada em Julgado de Pena Privativa de Liberdade	1092
4.6. Desídia.....	1094
4.7. Embriaguez Habitual ou em Serviço	1096
4.8. Violação de Segredo da Empresa.....	1101
4.9. Insubordinação e Indisciplina	1103
4.10. Abandono de Emprego	1105
4.11. Ofensas Físicas contra o Empregador, Superior Hierárquico ou Qualquer Pessoa	1107
4.12. Atos Lesivos da Honra e da Boa Fama	1108
4.13. Prática Constante de Jogos de Azar	1109
4.14. Perda da Habilitação ou Requisitos para Exercer a Profissão	1111
4.15. Atos atentatórios à Segurança Nacional.....	1111
4.16. Falta Contumaz de Pagamento de Dívida.....	1117
4.17. Greve Declarada Ilegal ou Abusiva.....	1118
Título II – Despedida Indireta.....	1119
5. Nomenclaturas	1119
6. Conceito.....	1119
7. Requisitos.....	1119
8. Forma.....	1121
9. Pedido Justo de Demissão	1124
10. Tipos.....	1125
10.1. Serviços Superiores às Forças do Empregado, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes ou Alheios ao Contrato.....	1125

10.2. Tratado pelo Empregador ou Superior Hierárquico com Rigor Excessivo.....	1127
10.3. Correr Perigo Manifesto de Mal Considerável	1127
10.4. Descumprimento das Obrigações do Contrato de Trabalho.....	1128
10.5. Redução de Trabalho por Parte do Empregador Quando este for por Peça ou por Tarefa	1130
10.6. Art. 407 da CLT	1131
Título III – Culpa Recíproca.....	1131
11. Requisitos.....	1131
Título IV – Obrigações Decorrentes da Extinção do Contrato de Trabalho	1133
CAPÍTULO 34 – ESTABILIDADE.....	1135
1. Estabilidade e Garantia de Emprego	1135
2. Conceito.....	1136
3. Classificação da Estabilidade	1136
3.1. Quanto ao Tipo ou Forma.....	1136
3.2. Quanto à Duração.....	1138
3.3. Quanto ao Procedimento de Dispensa.....	1139
3.4. Quanto ao Interesse.....	1139
4. Contrato por Prazo Determinado	1140
5. Cargos e Atividades que Não Ensejam a Estabilidade.....	1140
6. Extinção da Estabilidade.....	1141
7. Ajuizamento da Ação Depois de Decorrido o Período de Estabilidade.....	1142
8. Reintegração e Readmissão	1142
9. Interrupção e Suspensão Contratual.....	1143
10. Hipóteses.....	1144
10.1. Estabilidade Decenal e FGTS.....	1144
10.1.1. Estabilidade Decenal e a Constituição de 1988.....	1145
10.1.2. Características	1145
10.2. Estabilidade Sindical.....	1146
10.2.1. Dirigente de Associação Profissional.....	1146
10.2.2. Dirigente Sindical.....	1147
10.2.3. Requisitos para Aquisição da Estabilidade.....	1148
10.2.4. Exceções.....	1152
10.2.5. Inquérito Judicial.....	1153

10.2.6. Características	1154
10.3. Estabilidade da Gestante.....	1154
10.3.1. Conhecimento pelo Empregador.....	1154
10.3.2. Conhecimento pela Empregada.....	1155
10.3.3. Reintegração ou Indenização.....	1156
10.3.4. Interrupção da Gravidez ou Morte da Mãe.....	1157
10.3.5. Estabilidade – Contrato a Termo.....	1158
10.3.6. Doméstica.....	1159
10.3.7. Características	1159
10.4. Estabilidade do Titular da CIPA	1160
10.4.1. Criação e Extinção	1160
10.4.2. Representante dos Empregados.....	1162
10.4.3. Extinção do Estabelecimento e Transferência	1162
10.4.4. Características	1163
10.4.5. Ajuizamento da Ação após o Prazo da Estabilidade.....	1163
10.5. Estabilidade do Acidentado.....	1164
10.5.1. Empregados Excluídos	1164
10.5.2. Requisitos	1165
10.5.3. Acidente de Trabalho, Doença Profissional e Doença do Trabalho	1165
10.5.4. Comunicação do Acidente.....	1167
10.5.5. Cessação do Auxílio-Doença.....	1168
10.5.6. Alta Médica.....	1168
10.5.7. Constitucionalidade do Art. 118 da Lei nº 8.213/91	1168
10.5.8. Características	1169
10.5.9. Contrato de Experiência ou Contrato a Termo	1169
11. Outras Estabilidades	1169
11.1. Empregado Público – Art. 41 da CRFB	1169
11.2. Empregado Público – Art. 19 do ADCT.....	1175
11.3. Empregado Público e Servidor Público	1176
11.3.1. Empregado Público e Servidor Público.....	1176
11.3.2. Empregados Públicos Admitidos Há menos de 5 Anos da Constituição/88 sem Concurso Público e a EC nº 19/98	1177
11.3.3. Lei nº 9.962/2000	1179
11.3.4. Regime Jurídico Único e a Lei nº 9.962/2000.....	1180
11.4. Empregado Público de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	1181

11.5. Aprendiz – Art. 433 da CLT.....	1182
11.6. Membro do Conselho Nacional da Previdência Social.....	1182
11.7. Membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia.....	1183
11.8. Membro da Comissão de Conciliação Prévia da Empresa.....	1183
11.9. Dirigentes Representantes dos Empregados nas Cooperativas ...	1183
11.10. Representantes dos Empregados nas Empresas com Mais de 200 Empregados	1184
11.11. Ato Discriminatório.....	1186
11.12. Leis Eleitorais.....	1187
11.13. Deficientes Físicos ou Reabilitados.....	1187
11.14. Portador do Vírus da AIDS	1190

CAPÍTULO 35 – FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

1193

Título I – FGTS

1193

1. Histórico.....	1193
2. Opção	1194
3. Cabimento	1197
4. Regime do FGTS	1197
4.1. Contas Vinculadas do FGTS.....	1198
4.1.1. Opção Simples – Lei nº 5.107/66.....	1199
4.1.2. Opção Retroativa – Prevista na Lei nº 5.958/73.....	1199
4.1.3. Opção com Transação – Prevista na Lei nº 5.107/66.....	1201
5. Administração do Fundo.....	1201
6. Natureza Jurídica do FGTS.....	1202
7. Exceção	1203
8. Base de Cálculo.....	1203
9. Indenização Adicional de 40%.....	1204
10. Conversão de Regime Jurídico	1205
11. Saques	1206
12. Prescrição do FGTS	1210
13. Expurgos Inflacionários	1212

Título II – Indenização por Tempo de Serviço

1214

14. Indenização por Tempo de Serviço	1214
15. Conceito.....	1215
16. Natureza Jurídica – Teorias.....	1215

16.1. Teoria do Crédito.....	1215
16.2. Teoria do Ressarcimento do Dano ou Assistencial.....	1215
16.3. Teoria do Risco Profissional, do Risco Criado ou da Teoria Objetiva.....	1216
16.4. Teoria da Previdência, Previdencial ou da Assistência Social.....	1216
16.5. Teoria da Pena ou Penal.....	1216
16.6. Teoria do Prêmio, Premial ou Prêmio Colaboração.....	1217
16.7. Teoria do Salário Diferido ou Retido.....	1217
16.8. Teoria do Abuso do Direito.....	1217
16.9. Teoria da Integração do Aviso Prévio.....	1217
17. Conclusão e Teorias Mistas.....	1218
CAPÍTULO 36 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1219
1. Breve Histórico.....	1219
2. Finalidade e Natureza Jurídica.....	1219
2.1. Introdução.....	1221
3. Prescrição.....	1221
3.1. Conceito.....	1221
4. Decadência.....	1223
4.1. Conceito.....	1223
4.2. Diferenças entre a Prescrição e a Decadência.....	1224
5. Normas Gerais de Prescrição.....	1225
6. Prescrição Trabalhista.....	1226
7. Espécies de Prescrição.....	1226
7.1. Extintiva.....	1226
7.2. Total.....	1227
7.3. Parcial.....	1228
8. Casos Especiais.....	1229
8.1. Menor.....	1229
8.2. Demais Casos.....	1230
9. Das Causas que Obstatam o Fluxo do Prazo Prescricional.....	1230
9.1. Interrupção.....	1232
9.2. Demora na Citação.....	1233
9.2.1. Ajuizamento da Ação.....	1234
9.2.2. Arquivamento.....	1234
9.2.3. Contagem do Prazo Interrompido.....	1235

9.2.4. Protesto Judicial.....	1236
9.3. Suspensão e Impedimento.....	1236
10. Contagem da Prescrição.....	1239
10.1. <i>Dies a Quo</i> (Termo Inicial da Contagem do Prazo).....	1239
10.1.1. Extintiva – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.1.2. Parcial – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.1.3. Total – Prazos – Jurisprudência.....	1239
10.2. <i>Dies Ad Quem</i> (Termo Final da Contagem do Prazo).....	1239
11. Arguição da Prescrição.....	1240
12. Prescrição Intercorrente.....	1241

UNIDADE II

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO 37 – DIREITO COLETIVO	1245
1. Introdução	1245
2. Denominação	1246
3. Autonomia	1246
4. Definição.....	1247
5. Princípios.....	1247
5.1. Princípio da Liberdade Sindical.....	1247
5.2. Princípio da Preponderância do Interesse Coletivo sobre o Individual	1248
5.3. Princípio da Autonomia Coletiva ou Poder de Autorregulamentação	1249
5.4. Princípio da Busca do Equilíbrio Social ou da Paz Social.....	1249
5.5. Princípio da Adequação ou da Adaptação.....	1249
5.6. Princípio do Limite da Negociação Coletiva.....	1250
5.7. Princípio da Boa-fé ou da Lealdade entre os Negociantes.....	1259
5.8. Princípio da Intervenção Obrigatória dos Sindicatos	1260
5.9. Princípio da Equivalência entre os Negociantes.....	1260
5.10. Princípio da Atuação de Terceiros.....	1260
5.11. Outros Princípios.....	1260
6. Entes Coletivos – Histórico.....	1262
6.1. Resumo Cronológico.....	1265

7. Sindicatos.....	1265
7.1. Conceito.....	1265
7.2. Natureza Jurídica e Representação do Sindicato	1266
7.3. Condições de Registro e Funcionamento	1269
7.4. Forma de Custeio – Contribuições Sindicais	1270
8. Formas de Solução de Conflitos Coletivos	1271
8.1. Conflitos Coletivos do Trabalho	1273
8.2. Autodefesa ou Autotutela.....	1277
8.3. Autocomposição	1278
8.4. Heterocomposição	1279
9. Negociação Coletiva do Trabalho.....	1280
9.1. Conceito e Características.....	1280
9.2. Procedimento da Negociação Coletiva	1282
9.3. Classificação das Negociações Coletivas do Trabalho	1282
10. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho	1284
10.1. Conciliação	1284
10.2. Mediação.....	1285
10.3. Arbitragem.....	1287
10.4. <i>Mini-trial</i>	1290
10.5. <i>Summary Jury Trial</i>	1291
10.6. <i>Early Neutral Evaluation</i>	1291
10.7. <i>Ombudsman</i>	1291
10.8. Tribunais Privados ou <i>Rent a Judge</i>	1291
10.9. <i>Fact-finding</i>	1292
10.10. Termo de Ajuste de Conduta.....	1292
10.11. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho.....	1292
10.11.1. Conceito	1292
10.11.2. Natureza Jurídica – Teorias	1293
10.11.3. Duração, Pressupostos e Validade.....	1295
10.11.4. <i>Quorum</i>	1297
10.11.5. Espécies de Cláusulas Coletivas.....	1299
10.11.6. Efeitos das Cláusulas Coletivas sobre o Contrato de Trabalho.....	1299
10.11.7. Peculiaridades do Acordo Coletivo	1302

10.11.8. Conflito entre Acordo e Convenção Coletiva.....	1303
10.11.9. Legitimados.....	1305
10.11.10. Categoria e Base Territorial.....	1306
10.11.11. Nulidade da Norma Coletiva	1308
10.12. Contrato Coletivo de Trabalho.....	1310
11. Poder Normativo na Justiça do Trabalho e a EC nº 45/04.....	1312
11.1. Introdução	1312
11.2. Poder Normativo da Justiça do Trabalho.....	1312
11.3. Emenda Constitucional nº 45/04.....	1314
11.4. Críticas.....	1315
11.5. Dissídio Coletivo de Natureza Econômica por Mútuo Consentimento	1316
CAPÍTULO 38 – GREVE.....	1319
1. Conceito.....	1319
2. Origem da Palavra.....	1319
3. Histórico.....	1320
3.1. No Brasil	1320
4. Natureza Jurídica	1321
5. Finalidade.....	1322
6. Suspensão do Contrato de Trabalho.....	1323
7. Tipos de Greve.....	1323
8. Requisitos.....	1325
9. Legitimidade	1326
10. Limitação do Direito de Greve.....	1326
11. Greve Abusiva ou Ilícita	1328
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1331
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	1345